

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

União-PP: cabeça de sardinha, ou rabo de pescada

Existe um antigo provérbio português muito curioso. Ele tem duas versões popularizadas com significados opostos, apenas mudando-se a posição de algumas palavras. Usa a anatomia dos peixes para comparar o status nas relações sociais ou de trabalho

Sua primeira versão diz o seguinte: “Mais vale ser rabo de pescada do que cabeça de sardinha.” A segunda versão é apenas uma inversão de palavras: “Mais vale ser cabeça de sardinha do que rabo de pescada.”

A pescada é um peixe maior e de maior valor do que as sardinhas. Na primeira versão, a ideia é que vale mais ocupar uma posição menor, mas integrada a uma estrutura importante, do que estar no comando de algo muito pequeno. A segunda versão, de sentido oposto, é muito usada entre empreendedores. Defende que é melhor ser dono de seu próprio negócio, embora pequeno como uma sardinha, do que ser o funcionário anônimo de uma grande empresa.

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) se meteu num dilema ainda maior.

Ela estava se preparando para disputar a posição de cabeça de tubarão no Congresso, como pré-candidata a presidente do Senado, com grandes chances de obter o apoio dos partidos do centrão e do PL. E até de fechar acordo com o PT depois que o atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), entrou em rota de colisão com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Nesta quinta-feira, 30, a senadora ouviu um ape-

lo do colega Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para ser vice na sua chapa ao Planalto. Não bateu o martelo, mas teve que aceitar, pelo menos, discutir o assunto. Afinal ela foi bem tratada como ministra da Agricultura do pai de Flávio, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Aceitou avaliar a hipótese de se tornar personagem coadjuvante, da eleição presidencial, justamente nesse momento em que a campanha do PL, em crise, se vê obrigada a trocar a equipe de comunicação.

Para Flávio, fechar agora com a senadora é uma oportunidade de calar as críticas de que não consegue nem sequer arrumar uma companheira de chapa. Mas Tereza não acrescenta muitos votos. Ela vem do agronegócio, que já fecha com o clã Bolsonaro. Seu estado, o Mato Grosso do Sul, é o 20º eleitorado do país, com apenas cerca de 2 milhões de eleitores.

Na eleição de 2018, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou a pensar em ter como vice a também senadora pelo Mato Grosso do Sul Simone Tebet (então no MDB). Mas Lula acabou se decidindo por Geraldo Alckmin (PSB), do estado com maior eleitorado do país, São Paulo.

Entrar na chapa com o PL significa, para Tereza Cristina, abrir uma batalha dentro da federação partidária União Progressista, cujos partidos que a formam – União Brasil e PP – já estavam decididos a não formar chapa com nenhum candidato à Presidência. Há estados em que estão fechados com Lula e outros, com Flávio Bolsonaro, e estados com apoio majoritário ao candidato à Presidência pelo PSD, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado.

O presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), já havia anunciado que não apoiaria ninguém. Agora terá que se reunir, possivelmente neste final de semana, com o presidente do União Brasil, Antonio Rueda, para saber como levam o assunto à convenção unificada das duas legendas. É uma tremenda confusão.

JOSIER VILAR

Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ

Uma grande oportunidade para o Rio de Janeiro

Muito se fala sobre a importância do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) para o Brasil, mas ainda é pouco claro para a maioria da população como o Rio de Janeiro pode se beneficiar dessa estratégia nacional.

É importante destacar que o CEIS não é composto apenas por unidades fabris. Ele engloba todo o ecossistema produtivo da saúde, incluindo a indústria farmacêutica e de equipamentos, os serviços de saúde, a pesquisa científica, a inovação, a tecnologia, a formação de talentos e a indústria do conhecimento.

Entretanto, todo grande projeto precisa de um ponto de partida. E o Rio de Janeiro tem uma oportunidade única de assumir a liderança desse processo.

Já existe um projeto estruturado para a implantação, em Santa Cruz, do novo complexo industrial da Fiocruz, que abrigará a maior fábrica de insumos biológicos da América Latina. Trata-se de um empreendimento estratégico para o Brasil e transformador para a economia fluminense.

Está na hora de repetirmos a bem-sucedida mobilização que garantiu a revitalização do Aeroporto Internacional do Galeão, quando a sociedade civil organizada representada pela ACRJ, Fecomercio e Firjan e os governos municipal e estadual se uniram para sensibilizar o Governo Federal e construir uma solução que assegurasse a sustentabilidade dos dois aeroportos da cidade.

Agora, o desafio é ainda mais relevante. A construção do complexo industrial da Fiocruz em Santa Cruz, destinado à produção de imunobiológicos para o combate ao câncer, outros medicamentos de alta complexidade e vacinas, integra a estratégia nacional de fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e tem potencial para reposicionar o Rio de Janeiro como o principal polo brasileiro de inovação em saúde.

A produção de medicamentos oncológicos de alto valor agregado, imunobiológicos e vacinas impulsionará toda a cadeia produtiva da saúde, estimulando novos investimentos e fortalecendo setores estratégicos como os serviços especializados, a pesquisa científica, a inovação, a biotecnologia, a indústria farmacêutica e a economia do conhecimento.

Os impactos econômicos, tecnológicos e sociais serão extraordinários: geração de milhares de empregos qualificados, atração de investimentos nacionais e internacionais, fortalecimento da capacidade científica e tecnológica do país, ampliação da soberania sanitária brasileira e maior capacidade de desenvolver e produzir tecnologias estratégicas para a saúde.

Mais do que um projeto da Fiocruz, a implantação desse complexo industrial representa uma estratégia de desenvolvimento para o futuro do Rio de Janeiro e do Brasil.

É fundamental que a sociedade fluminense, o setor produtivo, as universidades, as instituições de pesquisa e os governos unam esforços para cobrar do Governo Federal a rápida estruturação e implementação da parceria público-privada (PPP) necessária para viabilizar esse empreendimento.

O Rio de Janeiro reúne ativos que nenhum outro estado brasileiro concentra com a mesma intensidade: a Fiocruz, universidades de excelência, centros de pesquisa, hospitais de referência, uma indústria farmacêutica consolidada e um ecossistema de inovação em plena expansão. Esses diferenciais credenciam o estado a liderar o desenvolvimento do CEIS no Brasil.

Que esse compromisso com o Rio de Janeiro seja assumido por todos os candidatos ao Governo do Estado e à Presidência da República.

O desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde deve ser tratado como uma prioridade nacional e como uma oportunidade histórica para devolver ao Rio de Janeiro o protagonismo na indústria, na inovação, na ciência e na geração de riqueza, empregos qualificados e qualidade de vida para a população.

A oportunidade está posta. O projeto existe. Falta, agora, mobilizar a sociedade e pressionar o governo federal a transformar essa visão em realidade.

EDITORIAL

Novas canetas podem ampliar concorrência

A decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de aprovar cinco novas canetas emagrecedoras para o mercado brasileiro marca um novo capítulo na transformação do tratamento da obesidade e do sobrepeso. A chegada de mais medicamentos amplia as possibilidades terapêuticas, mas também impõe desafios que exigem responsabilidade de reguladores, profissionais de saúde, indústria farmacêutica e pacientes.

O primeiro impacto esperado é econômico. Em um mercado até então dominado por poucos fabricantes e marcado por preços elevados, o aumento da concorrência tende a exercer pressão sobre os valores cobrados. Não há garantia de reduções imediatas ou expressivas, mas a lógica de mercado indica que a oferta ampliada favorece disputas por consumidores, programas de descontos e melhores condições comerciais. Se isso ocorrer, um tratamento hoje inacessível para grande parte da população poderá tornar-se menos restrito, beneficiando pacientes que realmente necessitam dessa terapia.

Entretanto, o entusiasmo com a ampliação da oferta não pode obscurecer um aspecto essencial: canetas emagrecedoras não são produtos de consumo comum, mas medicamentos destinados a situações clínicas específicas. A popularização desses fármacos, impulsionada por redes sociais e pelo apelo estético, já demonstrou que a demanda nem sempre acompanha critérios médicos. Com mais opções disponíveis, cresce também o risco de banalização do tratamento e do uso sem indicação adequada.

Nesse contexto, o papel dos médicos torna-se ainda mais decisivo. A maior variedade de medicamentos permitirá individualizar as prescrições conforme o perfil clínico, as comorbidades, os efeitos adversos, a resposta ao tratamento e até a capacidade financeira do paciente. A escolha deixará de depender apenas da disponibilidade de um ou dois produtos e poderá considerar evidências científicas mais amplas, favorecendo uma medicina mais personalizada.

Ao mesmo tempo, é indispensável que a concorrência comercial não interfira na autonomia da decisão médica. A indicação deve permanecer baseada na eficácia, na segurança e nas necessidades do paciente, jamais em estratégias de marketing ou incentivos da indústria farmacêutica. O aumento das opções é positivo apenas quando amplia a qualidade do cuidado, e não quando transforma medicamentos em mercadorias disputadas por campanhas publicitárias.

A aprovação de novas canetas representa, portanto, uma oportunidade relevante para democratizar o acesso ao tratamento da obesidade, condição reconhecida como doença crônica e associada a inúmeras complicações. Mas o sucesso dessa medida dependerá de um equilíbrio delicado entre competição, regulação e ética. Preços mais competitivos são desejáveis; prescrições responsáveis, indispensáveis. Afinal, inovação só cumpre seu papel quando beneficia a saúde pública com segurança, equidade e racionalidade.

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal